



**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**  
**ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**RAFAELA TRAPP**

**A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO A  
PARTIR DA 2ª GUERRA MUNDIAL.**

**Caxias do Sul**

**2022**

**RAFAELA TRAPP**

**A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO A  
PARTIR DA 2ª GUERRA MUNDIAL.**

Monografia II apresentada como requisito à aprovação da Disciplina de Monografia II do curso de Ciências Econômicas da Universidade de Caxias do Sul. Sob orientação da Professora

Ms. Lodonha Maria Portela Coimbra Soares.

**Caxias do Sul**

**2022**

**RAFAELA TRAPP**

**A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO A  
PARTIR DA 2ª GUERRA MUNDIAL.**

Monografia II apresentada como requisito à aprovação da Disciplina de Monografia II do curso de Ciências Econômicas da Universidade de Caxias do Sul. Sob orientação da Professora

Ms. Lodonha Maria Portela Coimbra Soares.

**Aprovado em:**

**Banca Examinadora**

---

Orientadora: Profª. Ms. Lodonha Maria Portela Coimbra Soares  
Universidade de Caxias do Sul - UCS

---

Professor(a):  
Universidade de Caxias do Sul - UCS

---

Professor(a):

## RESUMO

O processo de inserção da mulher no mercado de trabalho ocorreu de diversas formas nos mais diferentes países do mundo. Dentre os maiores impactos sobre este processo, estão a 2ª Guerra Mundial que deixou muitos homens mortos ou mutilados, além de todas as lutas e reivindicações das próprias mulheres e o próprio feminismo. O presente trabalho tem por objetivo analisar e comparar o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho, tendo como ponto inicial a 2ª Guerra Mundial. Para isso utilizou-se do método indutivo, onde foram observados diversos fatos para tirar-se uma conclusão. A pesquisa descritiva e quali-quantitativa foi utilizada com o objetivo de filtrar todos os quantitativos existentes, e juntá-los com informações qualitativas do texto. Com foco principal no Brasil e Ruanda, pode-se concluir o contrário da maioria dos países, Ruanda teve o ápice da transformação com o Genocídio de 1995 que em um mês deixou quase 1 milhão de mortos, e a partir disso as mulheres tiveram que ser protagonistas no pós-guerra, para reerguer todos os segmentos da economia e da política, além de continuar com a dupla jornada dentro de suas casas. Já no Brasil o processo se deu a partir de reivindicações realizadas ao redor do mundo, e trazidas para dentro do país.

**Palavras-chaves:** Mercado de trabalho, Brasil, Ruanda, 2ª Guerra Mundial.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Salário Real x Unidades de trabalho.....	19
Figura 2 - Modelo Neoclássico .....	21
Figura 3 - Evolução Histórica .....	33

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características de Cada País.....	56
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BBC	<i>British Broadcasting Corporation</i>
CLT	Código de Leis Trabalhistas
Cmg	Custo Marginal
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICTR	<i>International Criminal Tribunal for Rwanda</i>
MT	Mercado de Trabalho
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PMgN	Produto Marginal do Trabalho
RPF	<i>Rwandan Patriotic Front</i>
TICS	Tecnologias de Informação e Comunicação

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
1.1. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	10
1.2. DEFINIÇÃO DAS HIPÓTESES .....	11
<b>1.2.1 Hipótese Principal</b> .....	<b>11</b>
<b>1.2.2 Hipóteses Secundárias</b> .....	<b>11</b>
1.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA .....	12
1.4. DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS .....	12
<b>1.4.1 Objetivo Geral</b> .....	<b>12</b>
<b>1.4.2 Objetivos Específicos</b> .....	<b>13</b>
1.5. METODOLOGIA.....	13
<b>2. TEORIA DO MERCADO DE TRABALHO</b> .....	<b>15</b>
2.1. MERCADO DE TRABALHO NAS VISÕES CLÁSSICA, NEOCLÁSSICA MARXISTA E KEYNESIANA.....	15
<b>2.2.1 Teoria Clássica</b> .....	<b>17</b>
<b>2.2.2 Teoria Neoclássica</b> .....	<b>19</b>
<b>2.2.3 Teoria Marxista</b> .....	<b>22</b>
<b>2.2.4 Teoria Keynesiana</b> .....	<b>24</b>
2.3. TEORIA DA SEGMENTAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO .....	27
<b>3. A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO</b> .....	<b>29</b>
3.1. OS MOVIMENTOS FEMINISTAS .....	30
<b>3.1.1 Evolução Histórica dos movimentos feministas</b> .....	<b>32</b>
<b>3.1.2 O dia Internacional da Mulher</b> .....	<b>35</b>
3.2. QUESTÃO DE GÊNERO .....	37

3.2.1 Alguns fatos históricos sobre a mulher no mercado de trabalho a partir do século XX.....	39
<b>4. UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A INSERÇÃO DO TRABALHO DA MULHER NO BRASIL E EM RUANDA, A PARTIR DA 2ª GUERRA MUNDIAL.....</b>	<b>41</b>
4.1. A INSERÇÃO DO TRABALHO DA MULHER NO BRASIL.....	41
<b>4.1.1 Formação do Mercado de Trabalho Brasileiro .....</b>	<b>42</b>
4.2. A MULHER E O TRABALHO EM RUANDA.....	49
<b>4.2.1 O Genocídio de Ruanda.....</b>	<b>49</b>
<b>4.2.2 A inclusão da mulher na sociedade Ruandesa .....</b>	<b>53</b>
4.3. QUADRO-RESUMO COMPARATIVO DA INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO DO BRASIL E RUANDA .....	55
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>58</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>60</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A inserção da mulher no mercado formal de trabalho se deu na necessidade. Foi devido à falta de mão de obra humana, ocorrida após as duas Guerras Mundiais, e com a Revolução Industrial, que finalmente as mulheres foram inseridas nos mais diversos meios de trabalho, ocupando cargos que até então, eram ocupados somente por homens.

Por um lado, tem-se grandes perdas humanas, como consequências da 1ª e 2ª Guerras Mundiais, e por outro lado tem-se finalmente a “valorização” das habilidades femininas.

O processo de inserção tem a intenção de valorizar a mão de obra feminina tanto quanto a masculina. Atualmente, no século XXI, dados apontam que, no geral, homens recebem mais do que mulheres para exercer o mesmo cargo (IBGE, 2019). Essa ainda continua sendo a luta de muitas mulheres, diante de sociedades que já sofreram tantas mudanças quando o assunto é gênero.

Diante disso, o presente projeto tem por objetivo apresentar a forma como se deu a inserção da mulher no mercado formal de trabalho, após a 2ª Guerra Mundial, bem como a realidade de alguns países específicos, neste assunto.

### 1.1. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Com o passar dos anos ocorreram diversas transformações nas concepções sociais e de gênero. Se antes, a prioridade entre as mulheres era formar uma família e ser mãe, a partir do final do século XX, a estabilidade profissional, e a busca pelo conhecimento são as principais preocupações. A necessidade de contribuir para a economia da casa foi um fator determinante para isso. O primeiro momento histórico de absorção da mão de obra feminina, verifica-se com a 1ª Revolução Industrial, onde as empresas passaram a contratar mulheres.

Apesar disso, o movimento das mulheres ganhou força somente após a 1ª e 2ª Guerras Mundiais, onde as mulheres passaram a executar funções que

até então eram realizadas somente por homens, como comandar empresas e negócios, além de conduzir todas as atividades do lar.

Diante do exposto, o presente projeto busca responder às seguintes indagações:

- 1) Qual era o papel das mulheres antes de se inserirem no mercado de trabalho formal?
- 2) Como as mulheres eram vistas pela sociedade antes da 1ª Revolução Industrial?
- 3) Como as mulheres conseguiram se inserir no mercado formal de trabalho?
- 4) A partir das duas Guerras Mundiais, qual a evolução da inserção da mulher no mercado formal de trabalho?

## 1.2. DEFINIÇÃO DAS HIPÓTESES

### 1.2.1 Hipótese Principal

A partir da 2ª G.M., no Brasil, assim como em Ruanda passou a ocorrer a inserção de mulheres no mercado formal de trabalho, que passaram a desempenhar atividades que até então eram desempenhadas somente por homens.

### 1.2.2 Hipóteses Secundárias

- 1) Antes da inserção, o papel primordial da mulher era cuidar da casa e dos filhos.
- 2) As mulheres desempenhavam todas as funções da casa. Desde lavar roupas, louça, fazer a comida, até cuidar e educar os filhos.
- 3) A mulher era culturalmente doméstica, até começar a trabalhar e levar dinheiro para o sustento da família, e ter assim, a vontade de reivindicar por seus direitos.

4) A inserção da mulher se deu basicamente pela necessidade de mão de obra, em virtude da população masculina, em sua maioria, terem sido convocados para a Guerra.

5) A partir das Guerras, as mulheres passaram a buscar espaço no mercado, qualificando a mão de obra, procurando novos conhecimentos e habilidades, e assim, ocupando lugares na sociedade.

### 1.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA

Antes da Primeira Revolução Industrial e das duas Guerras Mundiais, a função das mulheres na economia e na sociedade, era eminentemente doméstica. Após estes fatos, fez-se necessária a mão de obra feminina no mercado de trabalho, e também no sustento dos próprios lares, pois muitos homens que saíram de suas casas para servir ao exército nas Guerras, não voltaram mais.

Durante a 1ª Revolução Industrial a intenção das empresas era reduzir os gastos com salários e disciplinar as mulheres ao seu modo de trabalho. Já durante as guerras, esse espaço tomou outra dimensão, uma vez que as mulheres tiveram que tomar conta da família, da casa, e ainda trabalhar fora. Esses fatos foram se somando para se chegar no século 21 com porcentagens muito maiores de mulheres em cargos elevados, seja na economia, na política ou no mercado formal de trabalho.

Diante do exposto, o presente trabalho tem por objetivo mostrar a evolução da inserção da mulher no mercado de trabalho formal a partir da 2ª Guerra Mundial.

### 1.4. DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS

#### 1.4.1 Objetivo Geral

Realizar uma análise comparativa entre o trabalho da mulher no Brasil e em Ruanda, a partir da 2ª Guerra Mundial.

### 1.4.2 Objetivos Específicos

- 1) Mostrar o papel das mulheres no mercado formal de trabalho.
- 2) apresentar as funções das mulheres “domésticas”.
- 3) Analisar qual foi o papel das mulheres na sociedade, antes das Guerras Mundiais.
- 4) Identificar as razões e necessidades pelas quais se iniciou o processo de inserção das mulheres.
- 5) Descrever o espaço que as mulheres ocuparam no mercado e na economia como um todo.
- 6) Identificar a importância da ocupação das mulheres para o desenvolvimento econômico de muitos países.

### 1.5. METODOLOGIA

Segundo o autor Kevin de Bruyne (1991), a metodologia se reduz aos procedimentos científicos em sua essência, se reduzindo a uma “metrologia” dos fatos científicos:

A metodologia deve ajudar a explicar não apenas os produtos da investigação científica, mas principalmente seu próprio processo, pois suas exigências não são de submissão estrita a procedimentos rígidos, mas antes da fecundidade na produção dos resultados. (BRUYNE, 1991 p. 29)

O objetivo da metodologia é oportunizar caminhos alternativos para a resolução de problemas pontuais, inseridos no projeto de pesquisa e com resultados pretendidos. Ela pode ser exploratória, descritiva ou explicativa.

Dessa forma, o presente projeto utiliza-se de diferentes modelos de metodologia, com o objetivo de desenvolver, ao final, uma análise crítica sobre o projeto.

No próximo capítulo, será desenvolvida uma pesquisa teórica histórica descritiva, no intuito de descrever a história do mercado de trabalho geral, e feminino, e do impacto gerado para a economia, após a inserção da mulher no mercado de trabalho

O capítulo três será realizado utilizando da pesquisa teórico descritiva, onde será apresentado, através de dados quantitativos, a evolução da mulher no mercado e o impacto econômico.

O capítulo quatro será utilizado para fazer uma análise comparativa entre a economia brasileira, e outras duas economias Africana e Europeia.

Por fim, a metodologia tem por objetivo encontrar meios para conduzir um projeto de pesquisa. O pesquisador desenvolve uma pesquisa com base em uma dúvida, e os meios bibliográficos utilizados para tal, permitem que o autor se aprofunde ainda mais sobre determinado assunto.

## 2. TEORIA DO MERCADO DE TRABALHO

A análise do mercado de trabalho constitui parte importante no estudo dos fenômenos econômicos. Na Teoria Econômica, as escolas de tradição neoclássica atribuem ao mercado de trabalho a capacidade de determinar o nível de produto.

Segundo Castro e Lessa (2016) as configurações desse mercado podem levar ao pleno emprego, situação na qual todos os trabalhadores que desejam inserir-se no mercado de trabalho, aceitando o salário real vigente, conseguirão empregar-se. Já as teorias de keynesianas atribuem o nível de emprego às decisões de produção e investimento tomadas pelos empresários, e que, em caso de insuficiente demanda efetiva, pode haver desemprego involuntário.

Desenvolvimentos posteriores da Teoria Econômica também explicam a aceleração inflacionária, a partir de eventos oriundos do mercado de trabalho. A Teoria do Desenvolvimento Econômico, outro ponto importante da Teoria Econômica, também atribui ao mercado de trabalho explicações para a condição de subdesenvolvimento de muitos países.

Diante do exposto, o presente capítulo tem por objetivo abordar a teoria do mercado de trabalho, ressaltando como se deu a formação do mercado de trabalho, dos mais diferentes pontos de vista. Além de identificar a evolução de cada vertente econômica em seus estudos e pensamentos.

### 2.1. MERCADO DE TRABALHO NAS VISÕES CLÁSSICA, NEOCLÁSSICA MARXISTA E KEYNESIANA

A Macroeconomia moderna, apesar da autoridade sobre as diretrizes da política econômica, compartilha das mesmas ambiguidades de todo conhecimento social. Esta possui um “pai fundador”, Keynes, que com o livro, A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, deu início aos estudos

macroeconômicos ao conferir unidade em torno de problemas ainda não solucionados pela teoria dominante à época. Da mesma forma que ocorre nos demais ramos das Ciências Sociais, essa também produz intermináveis controvérsias interpretativas em torno da obra fundadora, abrindo diversas possibilidades teóricas.

Uma controvérsia a ser destacada é com relação à própria definição de Keynes a respeito da Escola Clássica. Sua representação estilizada incluía toda a tradição de Ricardo, Mill, Marshall e demais adeptos da Lei da Say. Blaug (1990) argumenta que ao proceder desse modo Keynes teria cometido uma espécie de falácia retrospectiva, dando origem a falsos enigmas históricos.

Para Meek (1971), a forma como a Escola Clássica é abordada na Macroeconomia mais obscurece do que esclarece sobre as verdadeiras descontinuidades com relação aos trabalhos de Smith, Ricardo e Marx. A implicação da Teoria Geral teria sido outra, a de ter propiciado uma espécie de retorno do neoclassicismo para o classicismo, já que Keynes, manteve seu interesse na oscilação da renda global”, (MEEK, 1971).

Uma segunda controvérsia existente na doutrina, é quanto ao que designar por keynesiano. Certas imprecisões de Keynes deixaram o caminho aberto à conciliação entre contribuições da renovação keynesiana e elementos da tradição neoclássica. Isso ocorreu logo após a publicação da Teoria Geral, com a apresentação do Modelo IS/LL por Hicks (1937), depois IS/LM.

A definição de Keynes dos clássicos e o modo inadequado como explicitou os pontos de ruptura em relação à antiga tradição teórica geraram dificuldades não apenas semânticas, mas pontos de vistas distintos para classificar autores e escolas. O problema é que quando conceitos fundamentais são usados em diferentes acepções na economia, gera-se confusão, impedindo de se organizar e dar adequado sentido às disputas teóricas (BEAUD e DOSTALER, 1995; FONSECA, 1981).

Na Macroeconomia moderna, a confusão maior ocorre porque as correntes são apresentadas sob mais de uma perspectiva: algumas são keynesianas e neoclássicas, outras clássicas e neoclássicas e há ainda as que são keynesianas e clássicas.

### 2.2.1 Teoria Clássica

O economista clássico, Adam Smith, escreveu seus primeiros relatos sobre o mercado de trabalho no final do século XVIII. Foi ele quem elaborou a lei da oferta e da procura, lei mais elementar da economia. De acordo com essa teoria, o preço dos produtos é determinado pela sua oferta e sua demanda. Quanto maior a oferta, menor o preço e quanto menor a oferta, maior o preço. Da mesma maneira, quanto maior a demanda por um produto, maior o seu preço e quanto menor a procura de um determinado produto, seu preço tende a ser menor.

Adam Smith tendia a ver o mercado de trabalho como mais um mercado comum. Ou seja, sujeito à lei da oferta e da procura. Neste mercado, o produto é caracterizado pelo trabalho, e o preço pelos salários. As ofertas de trabalho são oferecidas pelos trabalhadores. Enquanto que as empresas, são responsáveis pela demanda por trabalho, através da contratação de pessoas. Portanto, essas duas forças se equilibram em um determinado preço de equilíbrio, que nesse caso é o salário da economia.

Logo, segundo essa teoria clássica da economia, a demanda por trabalho dependeria sobretudo dos salários da economia. Sendo que, quanto menor for o salário, maior seria a demanda por trabalho e assim, menor o desemprego.

Segundo Brémond e Gélédan (1984), a baixa do custo do trabalho é ocasionada, basicamente, por um crescimento da oferta de emprego. A intervenção de sindicatos, convenções coletivas etc. influenciam o nível dos salários que se afastam das bases de equilíbrio, gerando, assim, desemprego.

Ou seja, o desemprego é, na visão clássica, o desequilíbrio ocorrido em prazo limitado entre a oferta e a demanda do trabalho. Ela sofre influência quando algumas ações alteram os níveis salariais.

No sentido clássico, o trabalho é um produto, os trabalhadores são vendedores, os empregadores caracterizam-se como compradores, os salários são considerados os preços, e o mercado de trabalho representa o espaço onde todas as transações acontecem. As diferenças de preço entre companhias serão reduzidas com o livre deslocamento dos trabalhadores entre organizações, o que permite que, eventualmente, se alcance o equilíbrio dos

salários em todo o mercado. Esta organização está inserida no sistema mais amplo da produção capitalista, cumprindo duas principais funções: alocar os trabalhadores de uma sociedade em diferentes espaços produtivos e assegurar renda àqueles que participam desta relação (HORN, 2006).

A demanda por mão de obra deriva da função de produção, que por sua vez reflete a base tecnológica do conjunto das empresas da economia. Sendo que no curto prazo o estoque de capital é constante, a produção dependerá unicamente da quantidade de trabalho utilizada.

Supõe-se que a função de produção está sujeita a rendimentos decrescentes, e que as firmas maximizam lucros num mercado plenamente competitivo, onde:

Cada empresa poderá adquirir a quantidade de trabalho desejada ao salário de mercado e vender sua produção ao preço prevalecente. O lucro (em unidades de salário) de cada firma será definido por:  $L = Q - W$ ; onde:  $Q$  é o produto (em unidades de salário) e  $W$  os salários pagos. O princípio da maximização de lucros sob concorrência perfeita estabelece que a firma atingirá o equilíbrio no ponto em que seu custo marginal iguale a receita marginal ou preço.

O custo marginal ( $C_{mg}$ ) corresponde ao salário monetário ( $W$ ) dividido pelo produto marginal do trabalho ( $PMgN$ ), em unidades de produto.

$$C_{mg} = W/PMgN$$

Dado que no equilíbrio,  $C_{mg} = P$ ; tem-se que:

$W/P = PMgN$  (em unidades físicas de produto) onde  $W$  = salário monetário,  $P$  = preço, e  $PMgN$  = produto marginal do trabalho<sup>1</sup>.

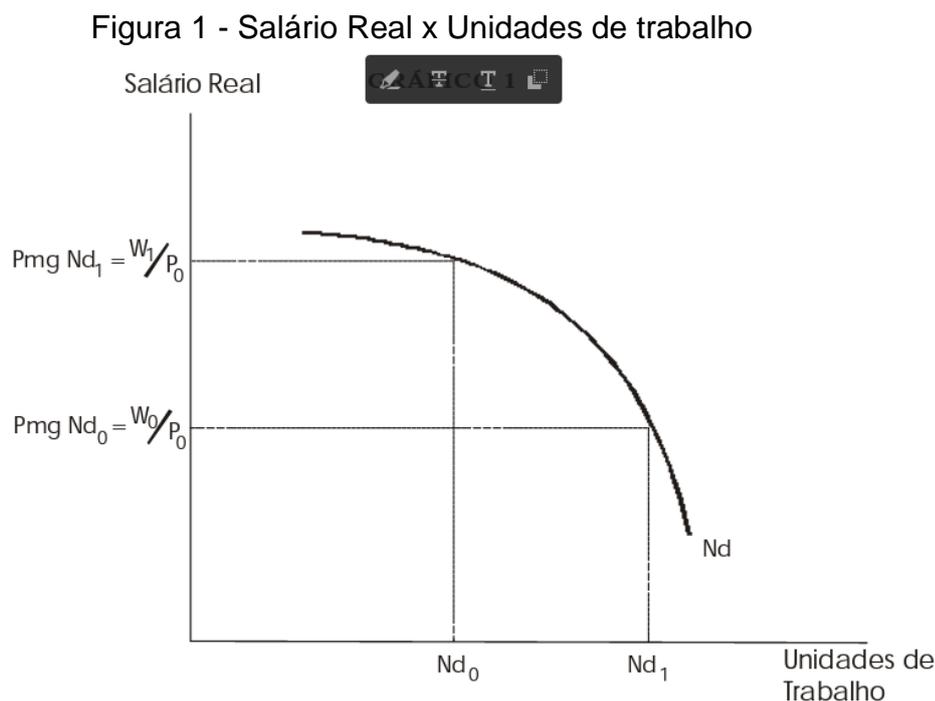
Portanto, cada firma demandará a quantidade de mão de obra cujo produto marginal, que depende de sua função de produção, igual e o salário real, de modo que a curva de produtividade marginal corresponde à função de demanda por trabalho:

---

<sup>1</sup> Equação retirada do Relatório Nº 11/1995: OCIO, Domingo. O EMPREGO NA TEORIA ECONÔMICA. NPP - Núcleo de Pesquisas e Publicações Série Relatórios de Pesquisa, p. 11, nov. 1995.

De outro lado, ao assumir que a função de produção está sujeita a rendimentos decrescentes, fica estabelecida a relação inversa entre a demanda por mão-de-obra e o salário real.

A Figura 1 representa o momento de equilíbrio do salário real quando as empresas demandam determinadas unidades de trabalho.



Fonte: OCIO, Domingo. O emprego na teoria econômica, 1995.

Da figura 1 se deduz que, se o salário real é " $W_0/P_0$ ", o equilíbrio será obtido quando as empresas demandarem " $Nd_0$ " unidades de trabalho, que é exatamente o ponto onde as duas retas se encontram. Caso o salário real fosse inferior,  $W_1/P_0$ , como o  $Cmg < PmgNd_0$ , a absorção de mão de obra aumentaria até  $Nd_1$ <sup>2</sup>.

### 2.2.2 Teoria Neoclássica

<sup>2</sup> Equação retirada do Relatório Nº 11/1995: OCIO, Domingo. O EMPREGO NA TEORIA ECONÔMICA. NPP - Núcleo de Pesquisas e Publicações Série Relatórios de Pesquisa, p. 12, nov. 1995.

Na perspectiva neoclássica, que surge no final do século XIX, o nível de emprego também resulta da confrontação entre oferta e demanda. O salário (ou preço do trabalho) é a variável estratégica que permite a obtenção do equilíbrio. Entretanto, nesta ótica, a formação (universitária, técnica, entre outras) pode ser considerada como um investimento em "capital humano", onde a rentabilidade é função tanto dos custos dos estudos quanto da perspectiva de renda ligada à diferença de qualificação obtida pelo trabalhador ao longo da vida ativa.

A oferta de trabalho, por sua vez, engloba questões relacionadas à produtividade individual como as decisões sobre o investimento em capital humano, que determina a proficiência ou ocupação do trabalhador e o acesso ao lazer. Considera, também, que os trabalhadores podem se mover livremente e que podem escolher entre uma grande variedade de opções no mercado de trabalho, baseados em seus gostos e preferências, habilidades e capacidades específicas e que, portanto, irão receber uma remuneração sobre a base de suas capacidades de capital humano (KOPSCHINA, 2001)

Os adeptos do keynesianismo, que ganharam destaque na primeira metade do século XX, contestam a existência de tal mercado de trabalho, alegando que a demanda de trabalho das firmas não se determina pelos salários. As necessidades de mão de obra das empresas são decorrentes de seu volume de produção, que está ligado ao nível de demanda que as empresas buscam atender.

Assim, as quantidades de mão de obra demandadas são definidas fora do equilíbrio do modelo de mercado de trabalho defendido pelos neoclássicos e o nível de oferta de emprego pode ser inferior à disponibilidade de mão de obra, configurando uma situação de desemprego. O nível de equilíbrio do emprego nem sempre é o pleno emprego, uma vez que a oferta de força de trabalho é determinada pelo interesse no salário baseado em seu poder de compra de mercadorias de consumo (SINGER, 1979).

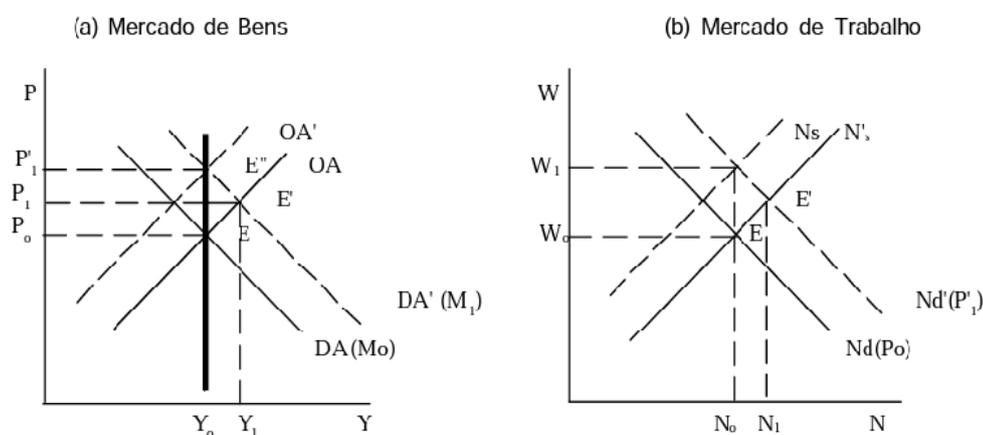
Em qualquer uma das abordagens descritas, o espaço de trabalho é considerado como um todo, sendo que qualquer dos trabalhadores poderiam se candidatar para as vagas que estejam sendo ofertadas.

A suposição dos neoclássicos consiste em admitir que os trabalhadores de fato conseguem prever corretamente o comportamento futuro dos preços, o

que os impede de serem iludidos no curto prazo por elevações dos preços, que resultariam na redução dos salários reais. Portanto, seu comportamento racional faz com que o mercado de trabalho permaneça constantemente em equilíbrio, com o desemprego na taxa considerada "natural", pois consistente com a estabilidade dos preços (OLIVEIRA E PICCININI, 2021).

A figura 2 mostra o modelo neoclássico estabelecendo a diferença entre o equilíbrio do mercado de bens, e o equilíbrio do mercado de trabalho.

Figura 2 - Modelo Neoclássico



fonte: OCIO, Domingo. O emprego na teoria econômica, 1995.

A figura 2 resume a dinâmica de funcionamento do modelo macroeconômico neoclássico, mostrando como se comporta a curva de oferta de trabalho e sua influência sobre a Oferta Agregada, em resposta ao deslocamento para a direita da Demanda Agregada, que surgiu a partir de uma expansão dos meios de pagamento. Inicialmente os pontos E das partes (a) e (b) da figura representam os equilíbrios de curto prazo nos mercados de bens e de trabalho. Um aumento da oferta de moeda ao deslocar a DA para DA', provoca um aumento da produção ( $Y_1$ ) e dos preços ( $P_1$ ).

No contexto neo-keynesiano, como os preços esperados independem das variáveis atreladas à política econômica, a curva de oferta de trabalho,  $N_s$ , e a de oferta Agregada permanecem inalteradas, enquanto que a demanda por mão de obra e a Demanda Agregada se deslocam para a direita. O resultado do choque de demanda, neste caso de origem monetária, será o aumento dos preços, da produção e do emprego.

### 2.2.3 Teoria Marxista

Na teoria marxista, o tratamento da força de trabalho como mercadoria, como é apresentado pelos clássicos, projeta a exploração dos trabalhadores. A propriedade dos meios de produção e do desenvolvimento tecnológico permite ao capitalista manter uma parcela dos trabalhadores desempregados. A existência deste número de reserva de trabalhadores possibilitaria a manutenção de salários a níveis mais próximos do nível de subsistência. Mesmo que em algum momento se alcance o pleno emprego, este não será duradouro, visto que o capitalismo é caracterizado por instabilidade, o que resulta em crises econômicas (BRÉMOND E GÉLÉDAN, 1984).

Segundo esta vertente, a organização do mercado de trabalho é caracterizada por uma desigualdade na distribuição dos recursos de poder entre as duas partes, bem como dos diferentes membros (trabalhadores ou organizações) dentro de seu respectivo grupo. O lado da oferta, sobretudo, padece de uma grande fraqueza que dificulta, quando não inviabiliza as possibilidades de negociação, ficando a critério das organizações o estabelecimento do preço.

Assim, o desemprego é a tendência que está relacionada com o capitalismo, uma vez que este dá suporte para a baixa dos salários reais e permite aumentar a exploração dos trabalhadores (Brémond e Gélédan, 1984). No entanto, ao analisar o mercado a partir de dois grandes grupos (classes), Marx mantém a compreensão da economia clássica na qual as relações se dão a partir da oferta e demanda de mão de obra.

Sua maior contribuição está na ligação do mercado de trabalho com o funcionamento do capitalismo, destacando que, no processo contínuo de reprodução do capital na busca de ampliação da mais valia, o processo de trabalho seria continuamente transformado por meio das mudanças na tecnologia. Consequentemente, também haveria alterações na forma de organização do trabalho e, numa esfera mais ampla, na estrutura do mercado de trabalho.

Marx introduziu um novo conceito a teoria do mercado de trabalho, que chamou de “mais-valia”. A mais-valia é o termo utilizado por Karl Marx em

alusão ao processo de exploração da mão de obra assalariada que é utilizada na fabricação de produtos. Trata-se de um processo de extorsão por meio da apropriação do trabalho excedente na produção de produtos com valor de troca. Para se entender melhor, precisa-se considerar que Marx (1967, v1, P3) via o trabalho como:

(...) um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais.

A partir das palavras de Marx, pode-se notar um grande passo na ideia de natureza e utilização de seus recursos. Uma vez que ele aponta como natureza tudo aquilo que compõe o corpo, e que é útil à vida humana, trazendo à tona potencialidades adormecidas até então.

Ainda segundo Marx (1867), o capitalismo baseia-se na relação entre trabalho assalariado e capital, mais especificamente na produção do capital por meio da expropriação do valor do trabalho do proletariado pelos donos dos meios de produção. A esse fenômeno Marx deu o nome de mais-valia.

Todavia, antes de entender o conceito da mais-valia, é preciso entender que, assim como outros teóricos da economia, como Adam Smith e David Ricardo, Karl Marx sustentava a ideia de que o valor de troca de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho aplicado em sua produção.

O próprio trabalho, de acordo com Marx (1967), possui valor agregado, que é determinado pelo valor dos meios de subsistência, uma vez que o ser trabalhador depende de comida, habitação, entre outros recursos básicos para a sobrevivência. Dessa forma, todo trabalho empregado na produção de um calçado, por exemplo, agrega custos em seu valor de troca final.

Nesse processo, a força de trabalho comprada pelo proprietário dos meios de produção por meio do salário pago ao trabalhador também se torna uma mercadoria, que é comprada para que o produto seja manufaturado. No

âmbito da produção, o trabalho utilizado na produção agrega valor ao produto final, que é vendido pelo capitalista pelo valor de troca determinado pelo mercado.

Entretanto, não é suficiente para o capitalista que o valor de venda do produto seja igual ao valor que ele investiu inicialmente. O dono dos meios de produção deseja obter lucros, o que não pode fazer vendendo o produto mais caro do que seu preço de mercado. O trabalhador, por sua vez, espera receber pela quantidade de trabalho que empregou na produção da mercadoria em questão. É aqui que Marx verifica o fenômeno da mais-valia. O empregador, para que obtenha lucro em sua transação, exige uma quantidade maior de força de trabalho do que paga para o trabalhador, que se vê obrigado a trabalhar além do que lhe é pago, pois só receberá seu salário se cumprir com o que foi proposto.

De maneira geral, nota-se que Marx caracteriza o capitalismo como instável. Ele pontua a organização do mercado de trabalho por uma desigualdade na distribuição de recursos entre os membros, e aponta o desemprego como a tendência do capitalismo. Por fim, ele introduz o conceito de mais-valia, que nada mais é do que a exploração da mão de obra pela apropriação do excedente de produção. Observa-se a seguir como Keynes analisou essa perspectiva e quais os seus estudos sobre o mercado de trabalho.

#### **2.2.4 Teoria Keynesiana**

A teoria Keynesiana apresenta um outro viés sobre o mercado de trabalho. Neste estudo, Keynes concluiu que o trabalho era o ato definidor do homem, seu meio direto de interação com o mundo e, ainda mais importante, a forma como garantiria sua sobrevivência no mundo anterior ao período vivido por Marx, isto é, um mundo agrário onde o ser humano tinha ligação direta com a terra, de onde tirava seu sustento. Porém, isso se modificou na nova sociedade que surgiu no período que sucedeu a Revolução Industrial, que se baseou no sistema econômico do capitalismo (REIS, 2021).

A Teoria Keynesiana, por sua vez, foi criada por John Maynard Keynes, economista britânico do século XX. Keynes introduziu a ideia do “pleno

emprego”. Em sua Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda (1936) Keynes desenvolveu uma argumentação baseada no contrário da economia clássica sobre como funciona o sistema econômico. Segundo ele, as ideias clássicas não se aplicam a momentos reais da economia.

A experiência vivida com a Grande Depressão, demonstrou que, em um ambiente instável (sem forças para manter a economia em qualquer ponto de equilíbrio), não seria compatível uma posição de equilíbrio acima ou igual ao pleno emprego. Em seus argumentos, Keynes aponta uma probabilidade muito maior de estarmos frequentemente abaixo do pleno emprego, como regra, e no pleno emprego como algo possível, mas improvável e instável. As flutuações no emprego e nos preços oscilariam ao redor de uma posição imediata sensivelmente abaixo do pleno emprego (KEYNES, 1996).

O pleno emprego no sentido keynesiano não representa assim uma mera concepção de equilíbrio entre oferta e demanda por trabalho, como assinalam os economistas de formação neoclássica.

O nível de emprego não é, segundo a perspectiva demonstrada na Teoria Geral, determinado no mercado de trabalho. Mais especificamente, os salários não são determinantes do emprego e sua flexibilidade em termos de variações reais não garantem uma volta automática da economia à posição de pleno emprego (KON, 2012).

Essa visão sobre a determinação dos salários é contrária à vista anteriormente, na teoria clássica. Tendo em vista que para os clássicos, os salários são sim determinados pela previsão dos preços para os meses subsequentes.

Alban (1999) argumenta que em Keynes os trabalhadores não estabelecem ou negociam o salário real, mas sim o salário monetário relativo. A ideia de que o desemprego pudesse ser explicado por uma recusa dos trabalhadores em aceitar salários reais menores não se sustenta, uma vez que após aceito o salário monetário pelos trabalhadores, o salário real dependerá das variações de preços futuros dos bens de consumo dos trabalhadores.

Assim, as variações dos salários reais, dentro de certos limites, não levariam a mudanças no comportamento dos trabalhadores, pois seria impraticável opor-se a qualquer redução dos salários reais que resultasse de alteração no poder aquisitivo do dinheiro e que afetasse igualmente a todos os

trabalhadores; com efeito, não há, em geral, resistência a este modo de reduzir os salários nominais, a não ser que isto venha a atingir níveis excessivos (...). O nível geral dos salários reais depende de outras forças do sistema econômico (KEYNES, 1996, p.52-53).

Isto significa que, em Keynes, as decisões capitalistas são hierarquicamente superiores às dos trabalhadores: o nível de emprego e de renda, e suas variações, estão subordinados às decisões capitalistas de investimento e produção; enquanto os trabalhadores, por definição, não podem escolher não trabalhar.

Quando se compreende que os trabalhadores não determinam as condições de funcionamento dentro do mercado de trabalho, embora as condicionem, emerge na teoria keynesiana a percepção de um novo conceito de desemprego, o involuntário. Uma vez que a determinação do nível de emprego decorre de decisões de gastos dos capitalistas, percebe-se uma inferioridade hierárquica do mercado de trabalho em relação ao mercado de bens e deste em relação à moeda.

Dessa maneira, a mais profunda definição de desemprego involuntário remete ao fato de que os trabalhadores não possuem a prerrogativa de alterar os resultados obtidos, mesmo diante de mercados operando em condições de concorrência perfeita (FERREIRA, 2009).

O desemprego involuntário ocorre porque os trabalhadores desempregados simplesmente não conseguem empregos, mesmo se oferecendo para trabalhar por menores salários que os vigentes no mercado, pois não é o salário real elevado que está determinando o emprego, mas sim a demanda efetiva baixa.

Conforme destacado por Mitchell e Muysken (2008), o pleno emprego nada mais representava do que a situação evidente de desemprego involuntário zero, ou como expõe Keynes, um estado de ausência de desemprego involuntário.

Existem desempregados involuntários quando, no caso de uma ligeira elevação dos preços dos bens de consumo de assalariados relativamente aos salários nominais, tanto a oferta agregada de mão-de-obra disposta a trabalhar pelo salário nominal corrente quanto a procura agregada da mesma ao dito salário são maiores que o volume de emprego existente:

(...) Resulta dessa definição que a igualdade entre o salário real e a desutilidade marginal do emprego, presumida pelo segundo postulado, corresponde quando interpretada de maneira realista, à ausência de desemprego involuntário. Descreveremos este estado de coisas denominando-o pleno emprego (KEYNES, 1996.p.54)

Na formulação de sua explicação sobre o desemprego involuntário Keynes incorpora novas concepções sobre o caso particular do pleno emprego.

A ocorrência do desemprego involuntário em economias avançadas é a principal conclusão no campo da teoria do emprego desenvolvida por Keynes. Toda a argumentação posterior desenvolvida em sua obra irá tratar da determinação do volume de emprego em uma economia. A interpretação keynesiana popularmente mais difundida admite que para a obtenção do pleno emprego, nestas condições, o Estado deveria intervir imprimindo moeda e aumentando a demanda efetiva através de déficits governamentais (KON, 2012).

No modelo de Keynes propriamente, que utiliza como base o princípio da demanda efetiva, seu principal apontamento é de que quanto maior a demanda efetiva esperada pelos empresários para sua produção, maior será o volume de emprego necessário e, portanto, o volume de emprego oferecido.

### 2.3. TEORIA DA SEGMENTAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

A teoria da segmentação do mercado de trabalho (MT) comporta diferentes abordagens. Cada enfoque parte de hipóteses específicas que condicionam a segmentação e procura explicar os diferentes tipos de empregos existentes no mercado de trabalho. A mesma pode ser apresentada sob dois prismas. Inicialmente, Doeringer e Piore (1985) em uma análise, apresentam o surgimento da segmentação do mercado de trabalho, entre primário e secundário, como resultado da crescente especificidade das funções nas firmas.

Cada estrutura de mercado interno de trabalho reflete um ajuste de variação, que satisfaz o empregador no que se refere à alocação de custos de treinamento e rotatividade de mão de obra; satisfaz também os trabalhadores do mercado interno, no que se refere a sua estabilidade no emprego,

vantagens adquiridas e possibilidade de promoção (ascensão, maiores salários, etc.).

Este raciocínio, aplicado ao mercado secundário, indica que o empregador, nesse mercado, não deseja investir em treinamento, e que os empregados, devido a suas características, tais como raça, sexo, condição socioeconômica própria e da família, escolaridade, experiência profissional, etc., só podem inserir-se nesse segmento (SOUZA, 1978).

A alocação inicial do trabalhador em um emprego, normalmente, irá determinar a evolução de suas características pessoais e suas futuras inserções no mercado de trabalho. Os hábitos de trabalho adquiridos pelo trabalhador em empregos intermitentes e instáveis e reproduzidos no meio social em que vive o condicionam, e posteriormente tenderão a condicionar seus filhos, a permanecer no segmento secundário do mercado de trabalho.

O enfoque sobre esse problema, no entanto, leva a analisar a discriminação mais como fator cultural, um dado existente no sistema social, que como a evolução histórica do sistema capitalista e, conseqüentemente, do processo da divisão do trabalho.

Já, Vietorisz e Harrison (1973) apresentam outra justificativa para a segmentação do mercado de trabalho. A produção básica, nesse trabalho, reside nas diferenças tecnológicas da estrutura industrial, entre as principais atividades que compõem os segmentos primário e secundário do Mercado de Trabalho. A organização do sistema industrial, que condiciona a estrutura da demanda de trabalho, cerceia os mais pobres na realização de suas potencialidades.

O dualismo tecnológico, fruto da concentração do sistema capitalista, induz e reforça a segmentação do mercado de trabalho por meio de *feedback* positivo, ao invés de negativo, do ciclo técnico de produção. Isto é, no mercado primário, os altos salários induzem à adoção e inovação de técnicas intensivas de capital, mas, ao invés de reduzir os salários através da redução de demanda de trabalho (modelo neoclássico), os investimentos em capital humano acompanham os investimentos em capital físico.

Estas reações acarretam aumentos na produtividade, devido ao acoplamento entre o capital moderno adotado pela empresa e a qualificação da mão de obra e, conseqüentemente, aumentos nos salários. No mercado

secundário de trabalho, em contrapartida, a persistência na utilização de técnicas intensivas de mão de obra e a não existência de investimentos em capital humano mantêm a produtividade e os salários estagnados.

O presente capítulo mostrou as diferentes abordagens da teoria de segmentação do mercado de trabalho, apresentando o dualismo tecnológico, fruto da concentração do sistema capitalista e suas consequências positivas como advindas da segmentação do trabalho, como a produtividade.

### **3. A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO**

A evolução da mulher no mercado de trabalho se deu de diferentes formas, e por diversos motivos nos países de cada um dos continentes. Em alguns lugares, ela foi incitada pela necessidade de indústrias e de outros segmentos da economia. Em outros, foi sendo construída com luta e força de vontade das próprias mulheres.

Segundo Hobsbawm (2004), a Revolução Francesa<sup>3</sup> culminou com uma nova perspectiva do papel da mulher na sociedade. A partir daí as mulheres começaram a passar a atuar de forma importante na sociedade. Pode-se destacar as questões relativas à exploração e limitação de seus direitos, marcadas pela busca na melhoria de vida e nas condições de trabalho, com o começo da participação política, o fim da prostituição, a busca pela instrução e a igualdade de direitos entre os sexos.

---

<sup>3</sup> A Revolução Francesa, ciclo revolucionário que aconteceu entre 1789 e 1799, foi responsável pelo fim dos privilégios da aristocracia e pelo término do Antigo Regime. A Queda da Bastilha aconteceu em 14 de julho de 1789 e foi o marco que espalhou a revolução pela França.

Na busca por uma nova postura de comportamento perante a sociedade e consciente de sua força, em 1957, 129 operárias de uma fábrica de tecelagem em Nova Iorque entraram em greve, ocupando a fábrica e reivindicando a redução de um horário de mais de 16 horas de trabalho para 10 horas de trabalho. As mesmas, recebiam cerca de um terço do salário dos homens. Resultado da greve foi que estas mulheres foram trancadas no interior da fábrica onde, declarou-se um incêndio que ocasionou a morte de todas carbonizadas (ZAMARIOLLI, 2012).

Outros dois fatos que foram marcantes no processo de inserção da mulher no mercado de trabalho foram as guerras. Nelas, os homens tinham que ingressar nas frentes de batalha e as mulheres passaram a assumir os negócios da família e a posição que o homem ocupava no trabalho.

Diante do exposto o presente capítulo tem por objetivo realizar uma análise sobre a inserção da mulher no mercado formal de trabalho, destacando os movimentos feministas, e as divergências entre a evolução de cada um dos continentes, no que se refere a evolução da mulher no mercado de trabalho.

### 3.1. OS MOVIMENTOS FEMINISTAS

O feminismo foi definido como um movimento social e político que começou formalmente no final do século XVIII e que traz a consciência das mulheres como um coletivo humano que é oprimido, dominado e explorado, e que foram submetidas por parte do grupo de homens, no seio do patriarcado em suas diversas fases históricas de modelo de produção (SÁNCHEZ, 2000).

A ideia principal do movimento traz como princípio da igualdade de gênero. Buscando principalmente equidade com relação ao valor que ambos os sexos têm na sociedade.

A chamada primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. As *sufrajetes*, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918 (PINTO, 2003).

A inserção da mulher no mercado de trabalho tem uma relação importante com os movimentos feministas. Para Alves (1997 p.7): “Esses movimentos contribuíram para as mudanças nos valores relativos ao papel da mulher na sociedade e, conseqüentemente, para o aumento da oferta de trabalhadoras”.

Dessa forma, para ele os movimentos foram essenciais na luta pela inserção da mulher no mercado. Considerando-se que o feminismo é a luta pela igualdade de gêneros. Existem diversas definições do movimento feminista no mundo, algumas mais e outras menos extremas.

Reforçando essa ideia, Romanelli (1994, p.77) ressalta que:

Ao questionarem os fundamentos das relações entre homens e mulheres, as diversas linhas desse movimento deram legitimidade à luta pela igualdade entre os gêneros e construíram novas representações sobre a posição feminina na família e na sociedade

Mais uma vez, considerando o movimento como a luta pela igualdade, Romanelli trouxe a ideia da legitimidade à tal luta, trazendo questionamentos relacionados aos fundamentos das relações entre os gêneros.

Gomáriz (1992) destaca que em 1949, quando parecia que o capítulo das reivindicações feministas procedentes do século XIX para muitos se encerrava, o livro de Simone de Beauvoir, “O Segundo Sexo”, mostraria ao mundo como as reivindicações feministas, em seu sentido estrito, apenas começavam. Embora ainda não usasse a teoria da diferença entre sexo e gênero, Beauvoir colocava sua ideia central: “*Não se nasce mulher; torna-se mulher*”. Este livro dá um passo importante para tirar a reflexão feminista do ponto em que havia ficado com o sufrágismo:

As mulheres podem adquirir a cidadania desde o lugar que ocupam na sociedade, porém é a natureza desse lugar que as converte em cidadãs de segunda classe. O *Segundo Sexo* pôs a descoberto as profundas raízes da opressão feminina, analisando o desenvolvimento psicológico da mulher e as condições sociais que a tornam alienada e submissa ao homem e se converteu num clássico do feminismo moderno (GOMÁRIZ, 1992, p.93)

Na interpretação de Simone de Beauvoir, o lugar biológico da mulher e suas consequências limitadoras deram ao feminino uma dimensão especial. Para ela, o corpo físico não fala por si só:

O corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. O que o define enquanto um certo valor é uma ação sobre ele, que por sua vez, tornou a mulher o 'outro' e na medida em que a diferença significou desigualdade ou até deficiência ao longo da história, isto serviu para que a mulher ficasse dependente do homem e fosse transformada em objeto (enquanto não é sujeito), ficando impossível a igualdade. (Beauvoir, 1949, v.1, p.57).

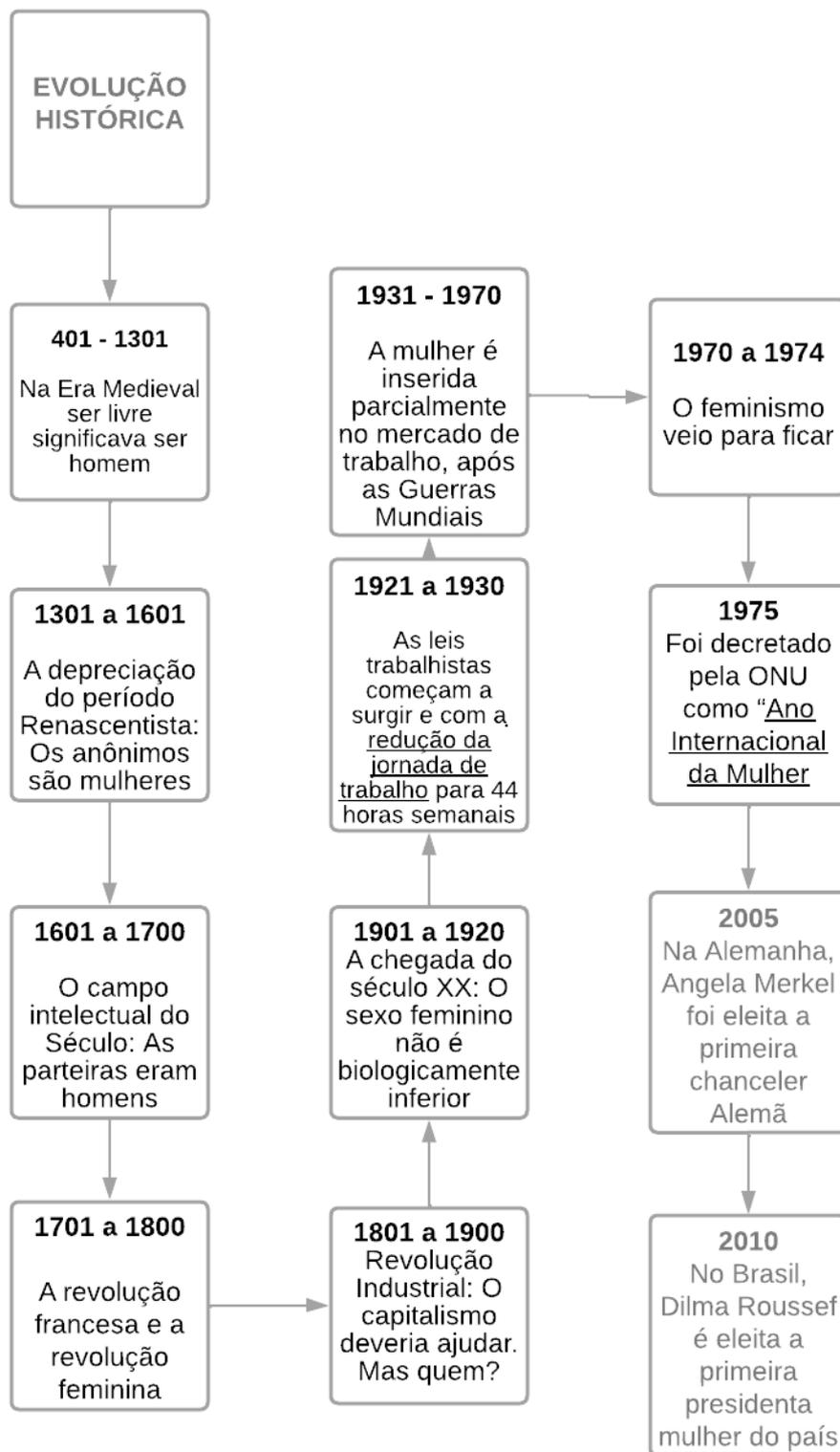
Nota-se através das citações dos diversos autores acima, que foram diversas lutas, com diferentes características, mas o mesmo objetivo: igualdade social e econômica, e espaço na sociedade para todas as mulheres.

### **3.1.1 Evolução Histórica dos movimentos feministas**

No dia 8 de março comemora-se o dia internacional da mulher. A busca ativa por equidade de gênero no mercado de trabalho é uma luta passada de geração em geração. Para ilustrar brevemente cada um dos principais fatos históricos ocorridos, é preciso entender o cenário de cada século, através de cada uma das vitórias conquistadas até o século XXI.

A figura 3 demonstra, através de uma linha do tempo os fatos históricos mundiais que originaram o dia da mulher:

Figura 3 - Evolução Histórica



Fonte: elaborado pelo autor com base no artigo do site *Safespace*.

Tem-se nesta linha do tempo, a realidade da posição feminina no que tange o mercado de trabalho desde a Era Medieval. É possível notar que a

desvalorização da mão de obra feminina nasceu desde então, uma vez que dos anos 401 aos anos 1301 ser livre era sinônimo de ser homem, e isso era uma imposição masculina. A mulher que se opunha a essa realidade era perseguida e queimada, pois era considerada feiticeira ou bruxa.

Após o contexto renascentista, a mulher passou a ser inserida no mercado de trabalho, porém de forma anônima e mísera, onde não ela não poderia divulgar o que estava fazendo, e recebia pouco por isso. No século XVI, o trabalho das parteiras foi substituído por homens, obstetras, que estudavam para tal. A mulher não tinha o direito de frequentar a universidade.

Em 1857, em Nova Iorque, aconteceu o movimento grevista feminino, solicitando melhores condições de trabalho nas fábricas, que, reprimido pela polícia, resultou num incêndio que ocasionou a morte de 129 operárias no mês de março.

A luta das mulheres pela diminuição da assimetria na relação com os homens ganhou impulso na virada dos séculos 19 e 20 e se estendeu ao longo de todo o século. Nos anos de 1970 o feminismo ganha força e em 1975 a Organização das Nações Unidas (ONU) declara o dia internacional da mulher. Após estes acontecimentos a mulher consegue conquistar poderes públicos e influência.

### **3.1.2 O dia Internacional da Mulher**

O Dia Internacional das Mulheres teve origem com o chamado "Movimento Operário". Este evento ocorreu no dia 8 de março de 1857, onde operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque entraram em greve para reivindicar a redução de uma carga horária de mais de 16 horas diárias, para 10 horas. O fato é que estas operárias recebiam menos de um terço do salário dos homens, e como resultado da greve, os comandantes da empresa fecharam a fábrica, e declararam um incêndio, que matou cerca 130 mulheres queimadas (BBC BRASIL, 2021).

Nota-se, porém, que este evento ocorreu 128 anos antes da efetiva data em que a ONU considera o Dia Internacional da Mulher. Foram necessárias mais reivindicações até que se pudesse chegar neste patamar.

Após o ocorrido de 1857, em 1908, cerca de 15 mil mulheres marcharam pelas ruas de Nova Iorque, exigindo que fossem reduzidas as jornadas de trabalho, além de melhores salários e o direito ao voto. Depois de um ano, o Partido Socialista da América declarou o primeiro Dia Nacional das Mulheres. (BBC BRASIL, 2021)

Ainda havia um caminho a ser percorrido para tornar o dia da mulher um movimento internacional, foram precisos mais alguns movimentos de ativistas, e de mulheres com certo poder, para tanto.

Logo depois disso, em 1910, Clara Zetkin - ativista comunista e defensora dos direitos das mulheres - deu a ideia de tornar a data internacional, em uma Conferência Internacional de Mulheres, em Copenhague. Os integrantes concordaram por unanimidade. Contudo, o dia da mulher foi oficializado somente em 1975, quando a ONU comemorou a data (BBC BRASIL, 2021).

Foi necessário passar por um longo processo de inserção, com movimentos em prol da mulher, com necessidade de inserção da mulher no mercado, como se nota com as duas guerras mundiais, para haver a valorização do papel feminino na sociedade mundial.

Essa data se tornou uma celebração dos avanços das mulheres na sociedade, na política e na economia. Suas raízes políticas marcam que greves e protestos são organizados para aumentar a conscientização em relação a contínua desigualdade de gênero. Contudo, a data só foi formalizada após uma greve em meio à guerra em 1917, quando as mulheres russas exigiram "pão e paz" (Castilho, 2016) — e quatro dias após a greve o *czar*<sup>4</sup> foi forçado a abdicar, e o governo provisório concedeu às mulheres o direito ao voto (BBC BRASIL, 2021).

Este movimento foi importante para o processo de inserção da mulher na sociedade como um todo. A valorização da mão de obra feminina, a inserção da mulher nos mais diversos canais do mercado de trabalho, da economia e da política, a luta pelo fim da violência, e pela igualdade, foram eventos conquistados pelas próprias mulheres, através de greves, reivindicações, e também necessidades.

---

<sup>4</sup> Czar significa imperador, e foi o título utilizado pelos soberanos russos, no período de duração do Império Russo, entre 1547 e 1917.

Ao final das guerras, o resultado modificou a paisagem e a estrutura das sociedades mundiais, pois, com o regresso dos homens que lutaram pelo país, onde muitos dos que sobreviveram ao conflito foram mutilados e impossibilitados de voltar ao trabalho, outros tiveram problemas psicológicos e muitos foram excluídos da vida social das comunidades. Nesse momento, novamente, as mulheres deixaram as casas e os filhos para levar para frente os projetos e os trabalhos realizados até então pelos seus maridos (BALTAR E LEONE, 2008).

De modo geral, nota-se que o dia internacional da mulher foi um conquistado através de um processo com muita luta e reivindicação. Não foram poucas as mulheres envolvidas em todo o processo de internacionalização e de definição por parte da ONU.

### 3.2. QUESTÃO DE GÊNERO

Um dos grandes debates da luta da mulher é a questão de gênero perante a divisão público x privado. Ela demonstra como a área pública foi definida como espaço masculino e foi valorizada, enquanto a esfera privada, e todo o trabalho que ela engloba na sua operação, foi condicionada à mulher; e por isso, desvalorizada. Este debate revolucionou o pensamento feminista e contribuiu para a construção da argumentação em relação à representatividade feminina na política.

Assim, no sistema capitalista, a mulher foi posta na esfera do privado, doméstico, lugar onde o Estado não deveria interferir. Entretanto, a esfera doméstica é justamente onde a maioria dos abusos criam forma. Enquanto o Estado enxerga o pai de família como protetor do lar, crianças e mulheres ficam vulneráveis a ele. Dita-se à mulher o serviço doméstico e de reprodução social, e gera-se uma desvalorização desse serviço. As mulheres são sobrecarregadas com o trabalho não remunerado da esfera da casa e a criação dos filhos enquanto tem à elas imposto o discurso patriarcal de que esta é a sua função “natural” (BIROLI, 2014).

Esta é uma das questões de gênero que influencia na participação da mulher em um dos setores, mas também na visão social da mulher, e no papel que é caracterizado como "natural" para algumas sociedades.

Um dos fatores a ser citado é a maternidade. Pode-se afirmar que é o que mais interfere no trabalho feminino, quando o filho é pequeno, uma vez que a responsabilidade pela guarda, cuidado e educação dos filhos na família limita o movimento da mulher para realizar algum trabalho remunerado, sobretudo se os rendimentos obtidos são suficientes para cobrir os custos para que alguém cuide das crianças (BORGES, 2005).

Porém, em alguns casos a necessidade econômica inviabiliza o exercício total da maternidade, fazendo com que, em diversas famílias, as crianças tenham que ficar com parentes, filhos maiores ou vizinhos, enquanto a mãe vai realizar a atividade remunerada.

Outro motivo, não menos importante é relacionado com a discriminação de gênero, tanto em relação a diferenciais de salários quanto a postos de trabalho. Segundo a Organização Internacional do Trabalho - OIT, para o período de 1991-1996, no Brasil, o rendimento recebido pelas mulheres em trabalhos não agrícolas correspondia a 72% daquele recebido por homens. Em contrapartida, as trabalhadoras brasileiras teriam níveis de escolaridade iguais ou mais elevados do que seus colegas homens; Na França o ganho feminino equivalia a 81% do masculino, e no Japão a 62% (BRUSCHINI, 2000)

Essas mudanças em níveis de escolaridade, vem acompanhadas de valores culturais decorrentes dos movimentos políticos e sociais da década de 60 e 70, que tiveram como consequência a maior escolarização das mulheres, inclusive nas carreiras universitárias.

Os trabalhos realizados pelas mulheres se concentram em grande parte em atividades informais e precárias, sendo assim, de má qualidade e sem proteção da legislação. Por outro lado, tem-se a conquista de espaço das mulheres nas últimas décadas do século XX, e início de XXI, ocupando cargos importantes para a sociedade, porém, com salários desiguais, quando comparados a homens ocupando a mesma posição (BRUSCHINI, 2000).

De maneira geral, são diversas questões de gênero que mantêm a mulher em um patamar diferente do homem. A valorização do trabalho feminino, em forma de salários justos, ainda é assunto a ser discutido, bem como os próprios cargos e as dificuldades encontradas pelas mulheres no mercado de trabalho.

### 3.2.1 Alguns fatos históricos sobre a mulher no mercado de trabalho a partir do século XX

No século XX, fatos históricos como as Revoluções Industriais e as duas Guerras Mundiais marcaram a passagem do trabalho da mulher em indústrias e demais setores de trabalho. Após estes episódios é que começa o emprego formal para as mulheres. Embora as condições não fossem boas, foi o passo inicial, no contexto mundial.

Durante a Segunda Guerra Mundial, nos EUA, as mulheres foram convocadas a trabalhar em fábricas, ocupando a esfera pública, trabalhando fora de suas casas pelo bem da nação. O slogan “*We can do it*” é bradado até o século XXI pelas feministas liberais, entretanto a mulher não foi liberta do serviço doméstico, mas sim, passou a assumir uma dupla jornada. Posteriormente, teóricas do Feminismo Negro como *Bell Hooks*, aprofundaram esta análise ao apontar as especificidades das mulheres pobres e negras que, em muitos países, sempre precisaram deixar a esfera privada para trabalhar e sustentar suas famílias. Estas, muitas vezes, estavam trabalhando como empregadas domésticas e babás para mulheres brancas e ricas que utilizam também da exploração da subvalorização do trabalho prestado por elas (ANTONIOLLI, 2019).

A partir dessa imposição para que as mulheres saíssem do lar para trabalhar remuneradamente fez com que as menos favorecidas financeiramente ou as que haviam perdido o marido, tivessem que ficar com atividades menos valorizadas e discriminadas pela sociedade. A partir dos anos 70, após os movimentos sociais mundiais a cultura da sociedade foi se modificando. As mulheres começaram a conquistar espaço no mercado de trabalho, aumentando o seu nível de escolaridade.

De maneira geral, a evolução científica, citada pelos métodos anticonceptivos, e o aumento da escolaridade da mulher, melhoraram suas condições de vida, uma vez que a mulher se tornou mais responsável por ela mesma, e pode fazer suas escolhas em prol do seu desenvolvimento.

Para Abramo (2001) a maior participação das mulheres no mercado de trabalho não foi acompanhada por uma diminuição das desigualdades profissionais entre homens e mulheres. Estas ocupam alguns setores e profissões, uma segmentação que torna mais forte as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

O que fica evidenciado em estudos dos autores citados, é que o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho não correspondeu a uma evolução natural, mas sim a contextos de guerra e necessidade de mão de obra, como também de lutas sociais e movimentos em prol da igualdade.

#### **4. UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A INSERÇÃO DO TRABALHO DA MULHER NO BRASIL E EM RUANDA, A PARTIR DA 2ª GUERRA MUNDIAL**

A inserção da mulher no mercado formal de trabalho se deu de diferentes formas, em diferentes países. Com culturas completamente diferentes, Brasil e Ruanda passaram por diferentes processos evolutivos no mercado de trabalho. O primeiro acompanhando o processo mundial de inserção que se deu na maioria dos países logo após a Segunda Guerra Mundial, e o segundo como consequência de um Genocídio, em 1995.

O presente capítulo tem por objetivo realizar uma análise comparativa entre a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro e ruandês, identificando em qual dos países a integração se deu de forma natural, e onde ela foi forçada. Também comparando a realidade de cada um dos países, antes e após a inserção, tudo isso, de maneira cronológica, após a Segunda Guerra Mundial.

##### **4.1. A INSERÇÃO DO TRABALHO DA MULHER NO BRASIL**

O Brasil é um país situado no continente americano, sendo o maior país da América do Sul, com um território que se estende por cerca de 47% da porção centro-oriental do continente sul-americano. Banhado a leste pelo oceano Atlântico, o Brasil possui, segundo dados fornecidos pelo site oficial do governo, 23.102 km de fronteiras, sendo 15.735 km terrestres e 7.367 km marítimos (Governo do Brasil, 2022).

Essa contextualização geográfica do país é importante para um contexto cronológico, onde será apresentado como se deu a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro, ano após ano, fato após fato.

A economia brasileira apresenta um perfil sólido, sendo um grande exportador de uma variedade de produtos, o que fomenta o desenvolvimento econômico. As principais atividades que contribuem para o crescimento do

Produto Interno Bruto (PIB) são a agropecuária, o setor de serviços, indústria e comércio (NEVES, 2019).

A população brasileira originou-se da miscigenação de vários povos. Portanto, apresenta grande diversidade cultural, manifestada na religião, música, na dança, na alimentação, na arquitetura, no vestuário, etc. A população foi formada, basicamente, por três grupos distintos: negros, índios e brancos europeus.

#### **4.1.1 Formação do Mercado de Trabalho Brasileiro**

A formação geral do mercado de trabalho, na sua forma capitalista, se deu no ano de 1850, pela Lei de Terras, e também pela Lei Eusébio de Queiroz, que decretou o fim do tráfico negreiro, efetivamente, abrindo espaço para a abolição da escravatura (CONRAD, 1978).

É importante destacar que a Lei de Terras foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil. Até então não havia nenhum documento que regulamentasse a posse de terras.

No entanto, a formação do mercado de trabalho feminino, se deu somente com as duas Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945). A mão de obra feminina depois destes acontecimentos, passou a ser essencial para o funcionamento das empresas, uma vez que os homens iam para as batalhas e as mulheres ficavam responsáveis por toda a organização da casa, dos negócios e dos filhos (LEAL, 2016).

Em um contexto unicamente de inserção da mulher em todos os setores da sociedade, é valioso comentar que essa inserção foi tardia por conta de uma cultura assim criada há milhares de anos. Tem-se relatos de culturas de todo o mundo que tinham o homem como a figura máxima dentro das famílias.

Quando se iniciaram as primeiras relações familiares, entre homem e mulher, as mulheres, ao nascer, já eram educadas com o perfil ideal, traçado pela sociedade, com a intenção de satisfazer as necessidades dos homens. O filósofo Jean-Jacques Rousseau trouxe em um de seus pensamentos, ainda no século XVII, a ideia de que “o ser humano nasce bom, a sociedade o corrompe”, ou seja, as teorias machistas, pode-se dizer, proliferadas pela sociedade patriarcal, foram introduzidas pela própria sociedade. As mulheres,

ao nascer, já eram inseridas naquele contexto, e não tinham opção a não ser aceitar a realidade.

Não havia instrução, mas sim imposição daquilo que era considerado correto. Por isso, uma estrutura de ensino baseada na ideia de esposa e mãe ideal. A única instrução possível, era a de atingir os objetivos de casar e procriar. A educação para as mulheres era de como melhor desenvolver as tarefas domésticas.

Essa visão sobre a figura feminina na sociedade permaneceu por centenas de anos, sendo alterada somente depois de muitos movimentos de grupos, e de novas Leis governamentais, que foram inserindo a mulher no mercado de trabalho.

A partir do século XIX, essa ideia sobre a educação é distorcida. A educação para meninos e meninas se intensifica, trazendo às escolas disciplinas que acarretam no melhor desenvolvimento de cada um (SciELO, 2006). A partir daí a visão sobre as mulheres muda um pouco, e inicia-se um processo de desenvolvimento de suas potencialidades. Contudo, as mulheres só começaram a ter verdadeira presença nas universidades, na década de XX.

No *caput* do art. 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, está escrito que “Todos são iguais perante a lei”, e as mulheres vêm tentando colocar em prática essa lei. Como consequência das duas Guerras Mundiais, as mulheres assumiram os negócios familiares e uma posição de trabalho no mercado. Com o desenvolvimento industrial, muitas mulheres foram trabalhar em fábricas, fazendo valer a lei, porém, a exploração seguiu por muito tempo.

Até 1916, no Brasil, o Código Civil previa que a mulher deveria ser tutelada pelo marido, sendo assim, ela só poderia exercer algum tipo de profissão, se o mesmo fosse aprovado por ele.

Essa realidade da mulher brasileira perdurou por muito tempo. Foram anos de luta para chegar no cenário de 2022, onde a mulher já exerce muito mais funções do que no século passado. Depois do Código Civil de 1916, o Brasil teve o Estatuto da Mulher Casada, que retomou a mulher o direito de decidir onde trabalhar, sem ter que pedir autorização ao cônjuge, além de poder solicitar herança, e também a guarda dos filhos, no caso de separação (MIRANDA, 2013).

Essa realidade era, até então considerada absurda. Somente quem detinha os direitos de ir e vir, e de reivindicar por qualquer posse era o homem. Foram cenários mundiais que serviram de inspiração para o Brasil finalmente mudar a realidade.

Em 1943 é criada no Brasil, a CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas, e a mulher recebe um capítulo à parte, dedicado ao mercado de trabalho formal feminino. em 1988, cria-se uma nova Constituição, que vem com a ideia de igualdade de gênero. O Artigo 5º, da Constituição Federal de 1988 diz o seguinte:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (PORTAL GOVERNO BRASILEIRO, 2022).

Embora essa lei tenha sido consolidada, os mesmos dados do governo nos mostram que ainda não existe total equidade no tratamento entre homens e mulheres. Prova disso são os dados divulgados sobre a diferença salarial existente para homens e mulheres.

No século XX quando a mulher se viu obrigada a trabalhar para sustentar suas famílias enquanto seus companheiros lutavam na guerra, elas se dedicaram e desde então mostram suas competências e habilidades no mercado de trabalho. Ainda no século XXI, as mulheres enfrentam maiores dificuldades, pois são mães, esposas e mantenedoras do lar e nem por isso deixam a desejar em suas atribuições, continuam lutando pelos mesmos salários e benefícios (DOMINGUES, 2013).

Nota-se a competência da mulher, pois ela tem saído para buscar um aperfeiçoamento e por esse motivo tem se destacado no mercado. Temos exemplos de mulheres presidindo organizações, coordenando grandes operações e até mesmo governando países.

Para melhor detalhar todo o esse processo descrito no capítulo, foi criada uma linha do tempo, apresentando a evolução do processo de inserção da mulher brasileira no mercado formal de trabalho:

- 1916 - O Código Civil estabelece que as mulheres são relativamente incapazes, necessitando da permissão de seus cônjuges para atos da vida civil.
  - 1923 - O Decreto nº 16.300 outorgava às mulheres o direito a descanso de trinta dias antes e após o parto, intervalo de amamentação e a presença de creches próximo ao trabalho.
  - 1934 - A Constituição estabeleceu: equiparação de salários, descanso semanal, férias remuneradas, salário maternidade, proibição de mulheres em trabalhos insalubres e assistência médica a mulheres grávidas.
  - 1937 - A Constituição retirou garantias como: estabilidade de gestante e igualdade salarial. O decreto nº 1.396 proibiu o trabalho noturno da mulher.
  - 1940 - Decreto-Lei nº 2.548 estabelece que as mulheres que trabalharem em condições de higiene estatuídas em lei para o trabalho feminino, poderão ter o salário mínimo reduzido em até 10%.
  - 1946 - CLT entra em vigor. “Da proteção ao trabalho da Mulher” compilou a já existente legislação do trabalho feminino.
  - 1962 - O Estatuto da Mulher Casada, elimina o status de relativamente incapaz.
  - 1967 - A Constituição trouxe a proibição da diferenciação salarial por motivo de sexo.
  - 2002 - A Lei nº 10.421 inseriu o artigo 392-A na CLT, estendendo às mães adotivas o direito à licença-maternidade já garantido pela Constituição. O novo Código Civil foi criado, revogando muitas das disparidades estabelecidas pelo Código Civil de 1916.
- 2017 - A Reforma Trabalhista, de julho de 2017 trouxe avanços para a legislação trabalhista e para o trabalho feminino, tais como: revogação e artigos desiguais, instituição de multa, no valor de duas vezes o limite máximo do Regime Geral de Previdência Social, em casos de discriminação por sexo.

Com base na linha do tempo apresentada por Fidelis (2020), nota-se um avanço no nível de independência da mulher com relação ao homem. Porém,

segundo a ONU (2021), ainda existe falta de equidade salarial. A brecha salarial de gênero no mundo é de 16%, o que significa que as trabalhadoras ganham cerca de 84% do que ganham os homens.

A entrada da mulher no mercado de trabalho também se deve ao desenvolvimento de métodos contraceptivos, como o uso do anticoncepcional, com as mulheres diminuindo a quantidade de filhos que queriam ter, se quisessem ter, quando e quanto tê-los, podendo se dividir entre a casa e o trabalho.

No que tange a escolaridade, no Brasil, é importante considerar que o aumento dos níveis escolares das mulheres se dá por diversos motivos, e não somente as mudanças de padrões culturais:

“Na literatura nacional há um consenso de que o fator primordial a determinar a “feminização” do mercado de trabalho é o aumento do nível de escolaridade da mulher brasileira nos últimos anos, graças à evolução dos seus valores sociais. Este fator tem levado também à queda da taxa de fecundidade devido à adoção de métodos anticoncepcionais, os quais se tornaram mais acessíveis e diversificados nos últimos tempos. Desse modo, mulheres mais instruídas acabam tendo menor número de filhos, o que as torna mais disponíveis para a atividade econômica.” (BRUSCHINI, LOMBARDI, 1996, p 36)

Vale ressaltar que o aumento do nível de escolaridade da mulher brasileira deve-se principalmente a todas as lutas pelos direitos iguais ao longo da história. A mulher soube aproveitar as oportunidades que conquistou, subindo os níveis intelectuais e aprimorando seus conhecimentos em todas as áreas.

Outro fator relevante para a participação das mulheres no mercado de trabalho refere-se à estagnação econômica, elevada inflação e mudanças na estrutura do emprego vividas pelo Brasil na década de 80 (Leone, 1997). A autora ressalta que os fatores econômicos reforçaram a maior participação feminina no mercado na tentativa de evitar o empobrecimento das famílias, não deixando de considerar as profundas transformações sociais ocorridas desde então.

Pode-se denotar uma comparação com o quadro mundial pós-guerra, onde as mulheres tiveram um papel muito importante na reestruturação dos países afetados, saindo de suas casas e fazendo a dupla jornada de trabalho.

Tais transformações sociais ocorridas ao longo da história foram conquistadas através de batalhas por direitos de todo o grupo feminino. A exemplo, em ordem cronológica tem-se em 1879 a autorização para que as mulheres pudessem ingressar em universidades de nível superior. Depois, em 1927 professora Celina Guimarães Viana sendo a primeira mulher a votar, em Mossoró no Rio Grande do Norte. Logo no ano seguinte, em 1928, Alzira Soriano de Souza tornou-se a primeira prefeita eleita na História do Brasil, também no Rio Grande do Norte (CURY, 2019).

Embora um pouco lenta, a evolução se deu com importantes fatos históricos. A ideia de introduzir a mulher nos cargos de governo, era completamente descartada 100 anos antes do ocorrido com a prefeita eleita no Rio Grande do Norte

Em 1932 as mulheres finalmente conquistam o direito ao voto, porém ainda condicionado à autorização dos seus maridos, ou com comprovação de independência financeira. A primeira deputada do Brasil, Carlota Pereira de Queiroz foi eleita em 1934. Doze anos depois, em 1946 a obrigatoriedade do voto foi estendida a todas as mulheres (CURY, 2019).

Após o primeiro cenário de evolução na política, nota-se um avanço consideravelmente rápido nos anos seguintes para conquistas ainda mais importantes em termos de valor nacional.

Em 1985 é criada a primeira Delegacia Especializada da Mulher em São Paulo. Depois disso, em 1994, Roseana Sarney foi eleita a primeira governadora em estado brasileiro. Após isso, em 2006 tem-se o caso da dona de casa que sobreviveu ao ataque de fúria do marido, em tentativa de homicídio. O crime repercutiu tanto que acabou originando no sancionamento da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), instituindo maior rigor na punição de crimes contra a mulher. E por último, em 2010 o Brasil elege a primeira presidente mulher, Dilma Rousseff (CURY, 2019).

Depois desse contexto de mulher na presidência até o ano de 2022 observa-se que as porcentagens do gênero feminino em todas as camadas da sociedade, bem como em todos os níveis de governo aumentam gradativamente.

Nota-se, a partir da linha do tempo criada por Fidelis (2020) que a conquista da mulher por espaço no mercado de trabalho, foi gradativa.

Veremos a seguir, alguns avanços tecnológicos que também ajudaram na inserção da mulher no mercado.

Segundo D'Alonsoano (2008, p.15):

As mulheres deixaram de ser apenas meras donas-de-casa e passaram a ser não somente mãe, esposa e também operaria, enfermeira, professora e mais tarde, arquiteta, juíza, motorista de ônibus, bancária entre outras das mais diversificadas profissões, ocupando um cenário que antes era masculino.

No início do século XXI, as inovações tecnológicas, o capitalismo, e em si a globalização tomaram proporções enormes, e com isso a especialização das mulheres para o mercado de trabalho cresceu, resultando em grandes nomes femininos em grandes empresas, e na liderança de importantes governos mundiais.

É necessário que a própria mulher entenda a necessidade de separar casa e o trabalho ou até mesmo vida pública e privada, valorizando então sua participação constante no complemento da renda salarial familiar, inclusive, em muitos casos deixam de ser complementar para se tornarem a única renda que sua família tem mensalmente partindo do princípio de se analisar os grandes índices de abandono do lar por parte dos maridos e da falta de ensino e participação dos filhos em um mercado de trabalho (IBGE, 2021), cada vez mais complexo para jovens que não tem experiência profissional.

No Brasil, o movimento emancipatório da mulher foi expressivo, denunciando as situações de desigualdade a que estavam submetidas e manifestando, de várias maneiras, a reivindicação de seus direitos. A segunda onda do movimento feminista repercutiu no Brasil num tempo de ditadura e luta pela democracia. O ano de 1975 foi marco dessa mobilização ao ser escolhido como o Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2021). A luta pela valorização da identidade feminina, denunciando as condições de subordinação das mulheres, integra-se à luta pela redemocratização do país no final dos anos setenta.

Os movimentos políticos descritos foram fundamentais para a desmistificação da inferioridade e subordinação da mulher em relação ao homem. Ademais, foi a partir destes movimentos que o homem começou a

perder a sua unanimidade no poder, e sua autoridade sobre as vontades femininas.

De maneira geral, foram diversos movimentos políticos que trouxeram o patamar de igualdade presente no século XXI. Iniciados principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando a mulher finalmente é inserida no mercado formal de trabalho, principalmente nas indústrias.

#### 4.2. A MULHER E O TRABALHO EM RUANDA

A República de Ruanda está situada na região dos Grandes Lagos da África Central e faz divisa com Uganda, República Democrática do Congo, Burundi e Tanzânia. Com cerca de 26,338 mil quilômetros quadrados, quase se iguala em tamanho ao estado brasileiro de Alagoas. Todavia, conta em 2022 com cerca de 12,95 milhões de habitantes, população quatro vezes maior do que a do estado nordestino, o que configura como uma das maiores densidades demográficas do continente africano (Governo de Ruanda, 2022).

Com uma taxa média de crescimento de mais de 7% por ano desde 2000, Ruanda encontra-se, em 2022, como sendo um dos principais países africanos em crescimento econômico. Segundo dados oficiais, seus investimentos em agricultura, energia, infraestrutura, mineração e turismo tiraram mais de 1 milhão de pessoas da pobreza.

Este desenvolvimento é acompanhado pela maior integração do país em estruturas econômicas regionais, mas também pela sua maior participação na comunidade internacional. Com 6.550 funcionários, Ruanda é o quarto maior contribuinte para as operações de manutenção da paz das Nações Unidas (NKUSI, 2019).

De modo geral, tem-se um país com uma população elevada, se comparado a outros do mesmo continente. E por conta disso, possui as mais diferentes culturas, e algumas etnias rivais.

##### 4.2.1 O Genocídio de Ruanda

Somente a partir de uma contextualização sobre as raízes coloniais dos conflitos étnicos e a relação de poder que se estabeleceu no país após o

genocídio de Ruanda de 1994, que pode-se compreender como as mulheres conseguiram alcançar o espaço que ocupam até o século XXI, sendo Ruanda, um dos únicos países no mundo com maioria feminina no parlamento nacional (ANTONIOELLI, 2019).

É importante notar que neste quesito, de o parlamento ser majoritariamente feminino, Ruanda se ultrapassa países no ranking de desenvolvimento como Finlândia e Suécia. Contudo, ressalta-se que esse é o resultado de um conflito iniciado na colonização do país até o estopim em 1995, com o genocídio.

É relevante remeter ao período de colonização, trazendo as mudanças do reino Mwami que ocasionaram o acirramento e a politização entre as etnias, pelo fato de privilegiar as relações e os direitos aos *tutsis*, em detrimento dos *hutus*. Após este período houve ainda um processo de independência e republicanização do país com a saída dos colonizadores e a mudança de governo.

O primeiro presidente de Ruanda, Gregoire Kayabanda foi o primeiro *hutu* a chefiar o país, e devido a um sentimento revanchista de classe e etnia, o discurso exclusivista contra a população *tutsi* ganhou força, proliferando massacres contra a raça em minoria. Durante o conflito, homens jovens que compunham o exército *hutu*, desenvolveram o papel de agressores, enquanto que mulheres *hutu* ou os chamados *hutu* moderados, e também os *tutsi* que tentaram proteger uns aos outros, acabaram por ser vítimas ou sobreviventes.

Este país foi lar de três etnias, nos anos 90: os *tutsi*, que eram cerca de 15% da população, variando levemente este número conforme o período histórico; *hutus*, a maioria, cerca de 85% da população ruandesa; e *twas*, uma minoria indígena, somando 1% da população, também conhecida como “povo da floresta” e classificada como pigmeus. A história do país é marcada pelo discurso de divisão étnica, que teve seu ápice durante o Genocídio<sup>5</sup> de Ruanda de 1994, quando extremistas *hutu*, durante 100 dias perseguiram, assassinaram e estupraram *tutsi* e *hutu* moderados (que defendiam *tutsi*) buscando extinguir a etnia *tutsi* do território ruandês (ANTONIOELLI, 2020)

---

<sup>5</sup> O extermínio deliberado, parcial ou total, de uma comunidade, grupo étnico, racial ou religioso

Diante disso um grupo de *tutsis* exilados formaram a Frente Patriótica Ruandesa (RPF), grupo rebelde que invadiu Ruanda em 1990, lutando continuamente até estabelecer-se um acordo de paz, em 1993. Em 6 de Abril de 1994, um avião que transportava os então presidentes de Ruanda, Juvenal Habyarimana, e do Burundi, Cyprien Ntaryamira, ambos *hutus*, foi derrubado. Com tal acontecimento, os extremistas *hutus* culpavam a RPF, começando uma campanha organizada de assassinato, justificando tal ação alegando que o avião tinha sido abatido por *hutus* (NKUSI, 2014).

A organização do genocídio foi meticulosa. Foram montadas listas com todos os nomes de opositores do governo e de seus respectivos familiares. Vizinhos mataram vizinhos, e alguns maridos até mataram suas mulheres, alegando que seriam mortos se recusassem. É interessante analisar como se deram esses julgamentos após o caso, e como o país foi reconstruído, principalmente por mulheres e órfãos.

Em artigo "O Milagre de Ruanda", publicado em 2014 no site da Unesco, Alphonse Nkusi<sup>6</sup>, natural de Ruanda conta como foi o julgamento após o genocídio:

Foi dada prioridade à unidade e à reconciliação. Para este fim, o *gacaca*, o sistema tradicional de justiça, foi reinstaurado, permitindo que a comunidade julgasse os criminosos e aceitasse seus pedidos de perdão. Por meio desses tribunais tradicionais, os sobreviventes puderam aprender mais sobre as mortes de seus parentes, mas também sobre os criminosos que confessaram suas ações e admitiram sua culpa. Sentenças diferentes foram proferidas, dependendo da gravidade dos crimes cometidos. Alguns foram condenados a serviços comunitários, outros a penas de prisão. Em dez anos, os tribunais *gacaca* julgaram 1,9 milhões de casos, antes de serem oficialmente fechados em maio de 2012 (NKUSI, 2014).

Esses casos julgados pela *gacaca* foram de penas mais leves, ao mesmo tempo, instituições judiciais públicas foram chamadas para julgar os casos mais graves. Em âmbito internacional, o Tribunal Penal Internacional para Ruanda (ICTR, sigla em inglês), estabelecido em 8 de novembro de 1994, reconheceu que "genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra foram perpetrados em uma escala assustadora", atingindo "uma taxa de

---

<sup>6</sup> Nkusi Alphonse (Ruanda) foi analista sênior de mídia no Conselho de Governança de Ruanda, editor da *New Vision*, um dos dois jornais diários mais importantes de Uganda, e professor de Comunicação Social na Universidade Makerere, em Uganda.

assassinatos quatro vezes maior do que o apogeu do Holocausto nazista”. O ICTR indiciou 93 indivíduos, considerados como planejadores e perpetradores do genocídio. 80 deles foram julgados, dos quais 23 cumpriram suas sentenças (NKUS, 2014).

Nota-se, a partir das palavras de Nkus, o quanto a guerra se alastrou, e como os países do mundo inteiro se comoveram para restabelecer a paz em Ruanda. Apesar de, em termos históricos, não ser tão conhecido mundialmente, o genocídio de Ruanda foi um fato histórico de grande impacto pelo número de mortes que deixou.

Ao se considerar os números, tem-se uma taxa baixa de julgados que cumpriram suas sentenças. De qualquer forma, a sociedade participou ativamente das decisões referentes a aqueles que tiraram a vida dos seus familiares e amigos.

Após o genocídio, outro método tradicional foi utilizado para permitir que os cidadãos participassem dos assuntos públicos. Consiste em contratos chamados "*imihigo*". Antes do genocídio, eles eram feitos oralmente em cerimônia. A partir dos anos 2000, são escritos e assinados, mas sua função permanece a mesma: eles conduzem o indivíduo a realizar uma série de tarefas durante um ano, sendo que ao final do período, seu desempenho é avaliado pela comunidade (NKUS, 2014).

Este método já contribuiu de forma significativa para a melhoria dos serviços públicos na Ruanda, que optou por uma democracia consensual e pelo compartilhamento de poder. Olhando através de um olhar crítico, pode-se considerar que a decisão pela participação da comunidade nas sentenças se deva a tentativa de evitar novas.

Este período de Genocídio, que durou 100 dias, foi marcante e decisivo para o futuro do país. A população massacrada no genocídio foi majoritariamente masculina, o que resulta em uma população predominantemente feminina. Em países com culturas onde não existe igualdade de gênero, a representatividade feminina em setores governamentais, políticos e econômicos é atípica.

Quando os massacres finalmente cessaram, as mulheres constituíam entre 60% e 70% da população e o novo governo precisou contar com a sua incorporação nos espaços sociais, estruturais e institucionais, os quais as

ruandesas nunca antes haviam ocupado. Ruanda estava em colapso, a demografia, a cultura e a sociedade estavam em um período de mudança intensa e muito rápida, o que abriu oportunidade para que as mulheres fossem as protagonistas do processo de reconstrução do Estado e fizessem mudanças que possibilitaram o que pode-se presenciar a partir da década de 1990. Ruanda é o país com maior porcentagem de mulheres na câmara de deputados (61% depois da eleição de 2018), além da ampla participação das mulheres em todos os níveis de governo (BERRY, 2018).

Com estes dados da participação da mulher em várias frentes governamentais, tem-se o país da África com maiores porcentagens do que outros países desenvolvidos como EUA, ou países Europeus. Ruanda, em termos de igualdade de gênero, pode se comparar a países escandinavos.

Ruanda está no topo do ranking de inclusão das mulheres na política (Berry, 2018), devido à maioria feminina de deputadas no parlamento do país. As ruandesas também estão presentes nas mais variadas funções no mercado de trabalho e em diversos âmbitos sociais, todavia, pode-se afirmar que qualquer menina nascida no país pode aspirar ocupar qualquer um destes espaços.

Isso tudo se deve, claramente, ao fato de as mulheres terem reconstruído o país após o genocídio. Se anteriormente a cultura ruandesa mantinha a mulher somente como dona de casa e responsável pelos filhos, após o genocídio temos um outro cenário, sobretudo para o gênero feminino.

#### **4.2.2 A inclusão da mulher na sociedade Ruandesa**

O país quer investir nas pessoas para alcançar o desenvolvimento inclusivo, e é por essa razão que coloca as mulheres em primeiro plano da vida pública. Elas pagaram um preço alto durante a primavera negra em Ruanda: entre 100 mil e 250 mil mulheres foram vítimas de estupro e agressão sexual (Nkusi, 2014), essas terríveis armas de guerra, reconhecidas pelo Tribunal Penal Internacional para Ruanda (ICTR) como atos de genocídio. Desde então, muitas delas morreram de Aids, contraídas durante os ataques.

Isso se deve ao fato de que muitos dos integrantes do grupo étnico que saiu pelas ruas assassinando seus "rivais", também estupraram suas mulheres e crianças.

A fim de assegurar a proteção das mulheres, uma Lei de Prevenção e Punição à Violência com base em Gênero foi adotada em 2008. Outras leis garantem sua plena participação na vida política e social: ao menos 30% dos cargos são reservados para mulheres em todos os órgãos estatais de todos os níveis. Essa estratégia reduziu a disparidade entre homens e mulheres em um ritmo mais rápido. Atualmente, 62% dos parlamentares, 50% dos ministros e 40% dos funcionários do judiciário são mulheres (NUCSI, 2014).

Essas taxas são consideradas altas se comparadas a médias internacionais, dos países mais desenvolvidos. Isso se deve ao fato de as mulheres serem a maioria após o genocídio, e terem que reconstruir o seu país com menor participação masculina.

A educação e a saúde são outros dois setores prioritários, que têm absorvido 30% do orçamento nacional por vários anos. A taxa de frequência escolar nos 12 anos de educação compulsória é de 90%, e a cobertura de seguro de saúde é de 87% (NKUSI, 2014).

Os serviços de saúde melhoraram consideravelmente em áreas remotas desde a chegada da *Zipline* drones que, segundo o chefe executivo da *startup* norte-americana, fez mais de 4 mil entregas de sangue e medicamentos entre outubro de 2016 e abril de 2018.

A educação também teve suas mudanças, de forma lenta, mas segura, com o uso de novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), particularmente desde o lançamento da iniciativa "*Um laptop por criança*", em junho de 2008. Mais de 600 mil laptops foram distribuídos e os alunos adotaram o compartilhamento de seu uso diariamente. O projeto, contudo, enfrentou desafios, sobretudo pela falta de fornecimento de eletricidade nas áreas rurais para o carregamento dos laptops e a falta de recursos para distribuí-los para mais de 2,3 milhões de crianças em idade escolar (NKUSI, 2014).

Ainda assim, as TICs continuaram se desenvolvendo a toda velocidade: 4 mil quilômetros de cabos de fibra óptica já foram implantados no país (Nkusi, 2014), que tem uma área de superfície de pouco mais de 26 mil quilômetros

quadrados. A maioria da população já tem acesso a telefones celulares e, dos aproximadamente 13 milhões de habitantes, mais de 4 milhões já podem comprar e pagar suas contas, impostos, e até multas de polícia por meio de aplicativos móveis. O mesmo se aplica aos procedimentos administrativos. Basta visitar o portal <sup>7</sup>*Irembo*, para encontrar a maioria dos serviços governamentais *online*.

De maneira geral, tendo em vista a evolução da mulher no mercado de trabalho ruandês, tem-se um país que sofreu mudanças drásticas em sua estrutura política e social, a partir de um Genocídio que ocorreu em 1994. A mulher foi inserida de maneira rápida e intensa, pois não haviam outras alternativas, senão a de a própria mulher reconstruir o país, e dar sequência na economia. A escolha de Ruanda para esta monografia, se deu após realizar diversas análises de documentos oficiais e artigos referentes a Ruanda, e perceber que, ainda que o país seja mais reconhecido mundialmente pelo conflito de 1994, Ruanda se recuperou por meio de iniciativas lideradas por mulheres, e que partem de mudanças políticas e movimentos sociais realizados ao longo dos anos.

Diante do capítulo exposto, observa-se que a inserção da mulher no Brasil se deu de maneira quase que natural, após a Segunda Guerra Mundial, uma vez que os países do mundo inteiro tiveram iniciativas de inserção da mulher no mercado formal de trabalho (por necessidade após a guerra mundial, e o Brasil, automaticamente, se adequou a tais condições. Já em Ruanda, nota-se um outro cenário: o da necessidade de a mulher tomar a frente das decisões, e restabelecer a ordem e a economia do país, após o Genocídio que deixou um milhão de mortos.

#### 4.3. QUADRO-RESUMO COMPARATIVO DA INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO DO BRASIL E RUANDA

Para melhor entendimento e com objetivo de realizar uma breve comparação entre o Brasil e Ruanda, da forma de inserção da mulher no

---

<sup>7</sup> Irembo significa acesso na língua quiniaruanda.

mercado de trabalho, o Quadro 1 mostra alguns acontecimentos mais elucidativos.

Quadro 1 - Características de Cada País

<b>CARACTERÍSTICAS DE CADA PAÍS</b>	
<b>BRASIL</b>	<b>RUANDA</b>
Foi uma colônia de exploração Portuguesa	Foi uma colônia de exploração Alemã/Belga
Os primeiros povos eram indígenas	Os primeiros povos eram <i>tútsis, hutus e tuas</i>
A mulher tem a função de reprodução, e de afazeres da casa	A mulher tem a função de reprodução
Em 1932 a mulher conquista o direito de voto	Em 1961 a mulher conquista o direito de voto
A primeira mulher parlamentar começou a servir em 1934	A primeira mulher parlamentar começou a servir em 1965
A inserção da mulher no mercado de trabalho se dá após reivindicações e lutas ao longo da história	A inserção da mulher no mercado de trabalho se dá, principalmente, após o Genocídio de 1995.
Brasil ocupa o 142º lugar no ranking de maior participação feminina no Parlamento	Ruanda é o primeiro país no mundo com a maior participação feminina no Parlamento

Fonte: elaborado pelo autor.

De modo comparativo pode-se denotar que os dois países em questão tiveram realidades inicialmente parecidas, ou seja, foram colônias de exploração de países europeus, tiveram suas riquezas levadas para a Europa,

e a mulher teve o seu papel de reprodutora, desde o início. Ao longo do tempo, ambos os países sofreram transformações que foram importantes para suas histórias. No Brasil, a mulher conquistou o direito ao voto em 1932, e em Ruanda, em 1961.

No que se refere, a inserção da mulher no mercado de trabalho, observa-se que os processos foram diferentes em cada um dos países, sendo no Brasil de forma natural, como consequência das reivindicações ocorridas em diversos países do mundo, e em Ruanda, ocorre a efetivação somente após o genocídio, de maneira que as mulheres foram fundamentais no processo de reconstrução e estabilização da economia do país. Sendo assim, como consequência de cada um dos processos, tem-se no século XXI Ruanda como o primeiro país no mundo com a maior participação feminina no parlamento. Enquanto que o Brasil ocupa a 142<sup>a</sup> posição no ranking mundial.

O presente capítulo apresentou diferentes cenários do processo de inserção da mulher no mercado formal de trabalho, com ênfase em dois países: Brasil e Ruanda. Com o intuito de comparar diferentes processos e medidas tomadas em cada uma das nações, pode-se chegar aos resultados citados, que demonstram a valorização da mulher em diversos aspectos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, capítulo 2 mostrou as diferentes abordagens da teoria de segmentação do mercado de trabalho, apresentando o dualismo tecnológico, fruto da concentração do sistema capitalista e suas consequências positivas como advindas da segmentação do trabalho, como a produtividade.

Já o capítulo 3 demonstrou que o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho não correspondeu a uma evolução natural, mas sim a contextos de guerra e necessidade de mão de obra, como também de lutas sociais e movimentos em prol da igualdade.

O capítulo 4, por sua vez, demonstra que no Brasil, sim, a evolução se deu principalmente por conta do final da 2ª Guerra Mundial, enquanto que em Ruanda a maior diferença ocorre somente em 1995 com o Genocídio de um povo. O objetivo principal, por sua vez, foi fazer uma análise comparativa entre o trabalho da mulher no Brasil e em Ruanda.

Ao analisar-se Ruanda, país africano, pode-se levar em conta o contexto histórico de colonialismo, genocídio e reconstrução do Estado, utilizando lentes de raça, etnia, nação, gênero e classe, levando a entender mais profundamente as complexidades e os limites de um país que à primeira vista seria um modelo perfeito de inclusão de gênero. Apesar de ser um modelo de política de inclusão de gênero, existem limitações ao acesso de algumas cidadãs aos cargos políticos, em função de sua etnia, região onde vive, classe e posicionamento político. Já no Brasil, teoricamente, não existem limitações

relacionadas a etnia, região onde vive, classe e etc. Porém, sabe-se que as mulheres no geral ainda recebem salários menores do que os homens.

Deste modo, a hipótese principal do presente trabalho pode-se considerar parcialmente validada, visto que no Brasil, a inserção das mulheres no mercado formal de trabalho fortaleceu-se a partir da 2ª Guerra Mundial, enquanto que em Ruanda esta inserção se deu a contar do Genocídio de 1995.

Constata-se, portanto, que a mulher vem conquistando o seu espaço no mercado de trabalho, bem como em todas as camadas da sociedade. Isso é fruto principalmente de cada uma das lutas realizadas pelas próprias mulheres, além de toda a dedicação para se tornarem pessoas melhores e intelectualmente mais avançadas, tendo por objetivo simplesmente a igualdade e o reconhecimento do seu papel na sociedade.

## 6. REFERÊNCIAS

ANTONIOLLI, Alyssa. **MULHERES NA POLÍTICA EM RUANDA**. UFSM, [S. I.], p. 25-28, 10 dez. 2019

BALTAR, P.; LEONE, E. T. **A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro**. Revista brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v.25, n.2, p. 233-249, jul/dez. 2008.

BAYLÃO, André; SCHETTINO, Elisa. **A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho Brasileiro**. SEGeT, [S. I.], p. 9-10, 24 out. 2014.

BBC, BRASIL. O que é o Dia Internacional das Mulheres e como começou a ser comemorado? **BBC NEWS BRASIL**, BBC news, p. 2,3, 7 mar. 2022.

BORGES, Waleska. **A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO**. Jornada Internacional de Políticas Públicas, [S. I.], p. 17-27, 26 ago. 2005

CASTRO, A. B.; LESSA, C. **Introdução à Economia: uma abordagem estruturalista**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

CURY, Raquel. **Conheça os fatos históricos que originaram o Dia Internacional da Mulher**. Escola de Inteligência, [S. I.], p. 1-12, 8 mar. 2019

D'ALONSO, G.L. Trabalhadoras brasileiras e a relação com o trabalho: trajetória e travessias. **Psicol Am Lat. México**. N.15, dez. 2008. Disponível em: <<https://www.inesc.org.br>> Acesso em: 30 de maio de 2022.

DOERINGER, P. B., & Piore, M. J. (1970). **Cambridge: Harvard University, MIT**

REIS, Tiago. Keynesianismo: o que diz essa teoria econômica defendida por Keynes? **SUNO ARTIGOS**, [S. I.], p. 2-3, 12 nov. 2018.

DOERINGER; Peter; J. PIORE, Michael. **Internal Labor Markets and Manpower Analysis**. [S. I.]: M.E. Sharpe, 1985. 212 p. ISBN 0873323327, 9780873323321.

EUROPEAN, Comission. **As Mulheres no Mercado de Trabalho**. SEMESTRE EUROPEU – FICHA TEMÁTICA, [S. I.], p. 12-18, 3 jul. 2017.

FLECHA, Marília. **A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho: Um Retrato da Desigualdade na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. ANPAD, [S. I.], p. 8-9, 26 set. 2007.

HOBBSAWM, E. J. **A Era das Revoluções**. 1789-1848. 18 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

JORDÃO, Carina. **As (des)igualdades entre mulheres e homens no mercado de trabalho e o rendimento dos países da União Europeia**. Cabo dos trabalhos, [S. I.], p. 8-10, 10 dez. 2013.

KOPSCHINA, Luís Carlos Yllana. **Mercados segmentados de trabalho: teoria e evolução**. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

MARX, Karl. **O capital, Volume I** – Trad. J. Teixeira Martins e Vital Moreira, Centelha - Coimbra, 1974.

NKUSI, Alphonse. **O Milagre de Ruanfs**. ANPAD, [S. I.], p. 1-8, 1 fev. 2019.

OCIO, Domingo. **O EMPREGO NA TEORIA ECONÔMICA**. NPP - Núcleo de Pesquisas e Publicações Série Relatórios de Pesquisa, [S. I.], p. 43-45, 1 nov. 1995.

SAFESPACE. **A Mulher no Mercado de Trabalho: uma linha do tempo que você precisa conhecer**. Disponível em: <<https://safe.space/conteudo/a-mulher-no-mercado-de-trabalho-uma-linha-do-tempo-que-voce-precisa-conhecer>> Acesso em: 11 out. 2022.

VENTURI, Aline. **O PLENO EMPREGO EM KEYNES E O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 2000**. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, [S. I.], p. 13-14, 25 nov. 2013.

ZAMARIOLLI, Marlene Mota. **A Mulher na Política**. disponível em: <[www.portal.santos.sp.gov.br](http://www.portal.santos.sp.gov.br)> Acesso em: 14 de junho de 2022.